

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

## JURISPRUDÊNCIA

### 1. TJSP confirma natureza “propter rem” das obrigações ambientais

💡 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP acolheu embargos de declaração do Ministério Público em caso sobre danos em área de preservação permanente. O tribunal reafirmou que as obrigações ambientais têm natureza “propter rem”, ou seja, acompanham o imóvel mesmo após sua alienação. Assim, os novos proprietários passam a responder pela regularização e recomposição da área degradada, conforme o art. 66, §1º, do Código Florestal e o Tema 1024 do STJ.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgamento reforça a responsabilidade continuada na tutela ambiental e a ideia de que o dever de reparar danos ecológicos é vinculado à propriedade, não à pessoa. Essa interpretação garante maior efetividade às ações de recomposição ambiental e reforça a aplicação do princípio do poluidor-pagador, essencial ao Direito Ambiental.

🔗 [2027986-21.2025.8.26.0000.pdf](#)

### 2 - TJSP mantém anulação de multa por queimada sem prova de culpa

💡 A 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP negou provimento a recurso da Fazenda do Estado contra a Raízen Energia S.A., mantendo a anulação de multa ambiental por queima de palha de cana sem autorização. O Tribunal entendeu que não houve prova de que a empresa tenha causado o incêndio ou agido com negligência direta, afastando o nexo causal necessário para a responsabilização administrativa.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo prova de culpa e vínculo entre a conduta e o dano, diferindo da responsabilidade civil objetiva, que se baseia apenas na existência do prejuízo ambiental.

🔗 [1001153-09.2023.8.26.0014.pdf](#)



### 3. AGU destaca importância da Lei de Terras para a soberania nacional

💡 O adjunto do advogado-geral da União, Junior Divino Fideles, defendeu a manutenção da Lei nº 5.709/1971, que restringe a compra de imóveis rurais por estrangeiros e por empresas controladas por capital estrangeiro. Segundo ele, a norma é essencial para preservar o controle nacional sobre as terras agrícolas, garantindo a soberania e a segurança alimentar do país.

📌 **RELEVÂNCIA:** A posição reforça o papel do Direito Agrário e Ambiental na proteção de recursos estratégicos e no equilíbrio entre investimentos estrangeiros e o interesse público, especialmente em meio à discussão da ADPF 342 no STF.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-out-21/terras-brasileiras-interessam-ao-mundo-todo-diz-adjunto-do-agu/>

### 4. TJSP anula multa por corte de árvore em situação de risco

💡 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP anulou multa aplicada pela Prefeitura de Bauru a uma moradora que cortou árvores infestadas por cupins sem autorização. O Tribunal considerou que, à época, o Município enfrentava restrições da pandemia e não prestava serviços de poda, o que justificou a conduta da autora diante do risco de queda e propagação da praga.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a aplicação de sanções ambientais deve levar em conta o contexto fático e a boa-fé do agente, equilibrando o dever de preservação ambiental com situações de urgência e segurança pública.

🔗 <1012025-43.2022.8.26.0071.pdf>

### 5. STJ valida intimação por edital em processos administrativos de infração ambiental

💡 O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar os Recursos Especiais nº 2.154.295 e nº 2.163.058, reconheceu a validade da intimação por edital para a apresentação de alegações finais em processos administrativos de apuração de infrações ambientais. O Tribunal entendeu que apenas se a parte comprovar efetivo prejuízo à defesa é que haverá nulidade dos atos processuais posteriores, inclusive no momento anterior ao recolhimento da multa.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a importância da observância do devido processo legal nos procedimentos administrativos ambientais, equilibrando a eficiência da atuação fiscalizatória com a garantia do direito de defesa. Também consolida entendimento relevante

sobre a regularidade das notificações por edital em situações de difícil localização do infrator.

🔗 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/20102025-Infracao-ambiental-Pagina-de-Repetitivos-inclui-julgados-sobre-intimacao-por-edital-para-alegacoes-finais.aspx>

## 6. 11ª Câmara anula sentença e determina reabertura de instrução para apuração de horas in itinere em trabalho rural

📝 O TRT anulou sentença que havia indeferido a oitiva de testemunhas em ação sobre horas *in itinere* no trabalho rural. O Tribunal reconheceu cerceamento de defesa e determinou a reabertura da instrução processual. O empregado alegava aguardar transporte e se deslocar por longos períodos até o local de trabalho.

📌 **Relevância:** A decisão reforça a importância do direito à ampla defesa e à produção de provas em causas trabalhistas, especialmente em contextos rurais, onde o deslocamento até o trabalho pode configurar tempo à disposição do empregador.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/11a-camara-anula-sentenca-e-determina-reabertura-de-instrucao-para-apuracao-de-horas>

## 7. 5ª Câmara reconhece assédio eleitoral e condena empresa ao pagamento de indenização

📝 A 5ª Câmara do TRT reconheceu a prática de assédio eleitoral em uma empresa varejista e condenou-a a pagar R\$ 8 mil por danos morais a um trabalhador. O empregado alegou ter sido pressionado a votar em determinado candidato nas eleições de 2022 e demitido após declarar voto diferente.

📌 **Relevância:** O caso reforça a proteção da liberdade política do trabalhador dentro e fora do ambiente de trabalho, destacando que qualquer forma de pressão ou coação eleitoral é ilegal. A decisão reafirma o dever das empresas de manter um ambiente neutro e respeitoso durante períodos eleitorais, sob pena de responsabilização civil.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/5a-camara-reconhece-assedio-eleitoral-e-condena-empresa-ao-pagamento-de-indenizacao>

## 8. Ofensas por aparência física e idade geram indenização por danos morais

📝 A 9ª Turma do TRT manteve a condenação de empresa por assédio moral e discriminação contra uma trabalhadora idosa. A auxiliar de limpeza era constantemente

humilhada por sua gerente, diante dos colegas. A relatora destacou o caráter discriminatório da conduta, baseado na idade e aparência física.

📌 **Relevância:** A decisão reforça a importância de coibir qualquer forma de discriminação no ambiente de trabalho, especialmente quando baseada em características pessoais, reconhecendo como forma grave de assédio moral. O caso destaca o dever dos empregadores de garantir respeito e dignidade a todos os trabalhadores.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/ofensas-por-aparencia-fisica-e-idade-geram-indenizacao-por-danos-morais>

## 9. Empresa deve indenizar trabalhador vítima de xenofobia

📌 A 1ª Turma do TRT manteve a condenação de uma instituição por dano moral decorrente de xenofobia praticada por um gerente contra um empregado. O trabalhador, era constantemente alvo de ofensas e piadas discriminatórias. Testemunhas confirmaram que o superior hierárquico fazia comentários depreciativos no ambiente laboral.

📌 **Relevância:** A decisão reafirma a intolerância do Judiciário trabalhista diante de práticas discriminatórias no ambiente de trabalho. O julgamento reforça que a empresa responde pelas atitudes de seus gestores e deve assegurar um ambiente livre de preconceito e constrangimento.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/instituicao-para-idosos-deve-indenizar-trabalhador-vitima-de-xenofobia>

## 10. Caseiro não consegue se beneficiar de convenção coletiva

📌 O TST decidiu, por maioria, que um empregador doméstico não precisa pagar diferenças salariais a um caseiro com base em convenção coletiva de trabalho. O Tribunal entendeu que o empregador doméstico, por ser pessoa física e não exercer atividade com fins lucrativos, não pode ser enquadrado como categoria econômica. O caso envolvia um trabalhador que alegava descumprimento de cláusulas como horas extras e seguro de vida.

📌 **Relevância:** O julgamento esclarece os limites da negociação coletiva no âmbito do trabalho doméstico, reforçando que convenções coletivas só têm validade quando firmadas entre categorias profissional e econômica formalmente reconhecidas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/caseiro-nao-consegue-se-beneficiar-de-convencao-coletiva>

## 11. Analista punido por fazer greve deve receber indenização

💡 O TST manteve a condenação ao pagamento de indenização a um analista punido por participar de greve parcial. O empregado recebeu advertência e suspensão, o que o impediu de participar das promoções. O TRT reconheceu danos morais e materiais, aplicando a teoria da “perda de uma chance”.

📌 **Relevância:** A decisão reforça a proteção ao direito constitucional de greve e afasta punições injustificadas a trabalhadores que exercem esse direito de forma legítima. O julgamento também consolida a aplicação da teoria da “perda de uma chance” nas relações de trabalho, reconhecendo o direito à indenização quando a conduta do empregador impede oportunidades reais de crescimento profissional.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/analista-punido-por-fazer-greve-deve-receber-indenizacao>